



2012/10/29

A OTAN em tempo de austeridade

Pedro Santos Jorge

Introdução

O clima de austeridade financeira e económica que o mundo vive atualmente, não poderia ser alheio aos países que constituem a Aliança Atlântica, originando no seu seio cada vez maiores dificuldades em cumprir com os seus compromissos. Do atual conceito estratégico foram tomadas várias decisões que agora têm vindo, cada vez mais, a ser postas em causa ou a ser adiadas, dada a austeridade que vigora e os seus efeitos nos orçamentos de Defesa dos países aliados. Assim e com este enquadramento, realizou-se em Bruxelas, nos passados dias 9 e 10 de outubro, mais uma reunião dos ministros da defesa dos países aliados, tendo esta reunião tido a particularidade de ter sido a primeira a ser realizada após a Cimeira de Chicago.



Enquadramento

Como não poderia deixar de ser, um dos tópicos que condicionou os trabalhos foi a atual austeridade económica e financeira que está a afetar todos os países da Aliança, condicionando entre outras, as suas políticas de Defesa e consequentemente a da OTAN. Deste modo, os trabalhos tiveram um especial foco no contexto da quebra acentuada dos investimentos na área da Defesa, que acentuam ainda mais os efeitos de cada vez menos se cumprir com o princípio de "*Burden Sharing*¹", e naturalmente em desfavor dos Estados Unidos da América (EUA) que continuam a ser a nação que mais subsidia a Aliança Atlântica.

Tendo como ponto de partida as palavras que o Secretário-geral da OTAN, Fogg Rasmussen, expressou na conferência de imprensa que antecedeu a reunião, definindo a "Segurança" como sendo a base fundamental da prosperidade, resultou como um dos principais produtos da reunião, a ideia de que os investimentos na Defesa terão forçosamente que continuar a ser efetuados, inclusivamente a ser aumentados, assim que as condições financeiras o permitam. Para tal desiderato, verifica-se a imperiosa necessidade de serem cumpridas as metas, acordadas por consenso, afetas às contribuições financeiras, materiais e humanas, sendo que os Estados deverão efetuar um esforço acrescido na tentativa de no mínimo manterem a situação como está, não a deixando degradar-se ainda mais.

¹ Tradução do autor - "Partilha das dificuldades"

As decisões alcançadas nas Cimeiras de Lisboa e de Chicago, que entre outras, definiam objetivos a serem cumpridos na prossecução e manutenção das capacidades consideradas mais necessárias, encontram-se assim em sério risco de não serem alcançadas num futuro próximo, e estes factos foram feitos notar nas conferências de imprensa anteriores e posteriores à reunião ministerial.

Da situação atual, podemos identificar alguns dos problemas que afetam o planeamento de defesa aliado:

- A notória quebra dos investimentos correntes na área da defesa, com a diminuição dos montantes disponibilizados pelos países e os seus consequentes impactos negativos nos esforços aliados de transformação e projeção de forças.
- O crescente desequilíbrio no princípio “Burden Sharing”, estando os EUA a suportar unilateralmente mais de metade das despesas da Aliança.
- O fraco investimento em capacidades orientadas para o futuro, nomeadamente os investimentos em investigação e equipamentos.
- Fazem-se sentir cada vez mais os cortes na área da Defesa que são efetuados individualmente pelos Estados, sem consulta ou informação prévia no âmbito da OTAN, dado que se refletem diretamente no processo de planeamento de defesa aliado (NDPP)², sobrecarregando assim os outros Estados aliados com responsabilidades que à partida não seriam suas.

Desenvolvimento

Por todos as considerações previamente elencadas, o futuro do planeamento de defesa da Aliança, que naturalmente se apresenta com um enorme grau de incerteza face ao quadro de sérias restrições orçamentais e financeiras, deverá ser acautelado. Para este efeito uma das possíveis soluções de minimização dos problemas existentes será o devido estabelecimento das prioridades de manutenção e edificação de capacidades da OTAN, à luz das lacunas entretanto identificadas.

As decisões tomadas nas cimeiras de Lisboa e Chicago, assim como as lacunas que nestes eventos foram formalmente identificadas deverão ser o ponto de partida fundamental para a definição das prioridades aliadas, de onde se podem extrair à partida os requisitos mínimos de capacidades ou pacotes de capacidades urgentes, onde se incluem, por exemplo, a defesa cibernética e a defesa antimíssil.

Complementarmente surge-nos a necessidade de incrementar a participação dos países nas iniciativas que concernem a edificação e manutenção de capacidades, nomeadamente a iniciativa “*Smart Defence*”, cuja continuidade tem sido amplamente apoiada. Torna-se fácil concluir que

² *Nato Defence Planning Process.*

em conjunto será menos difícil a criação e manutenção das capacidades necessárias, complementando-se assim o NDPP nas áreas que as nações não conseguem individualmente alcançar.

Do mesmo modo, deverá ser incentivada a participação dos países aliados noutras iniciativas que visem o assegurar mais eficiente da interoperabilidade dos meios aliados, através do incremento de treinos e exercícios multinacionais. Em suma, uma das soluções que à partida nos parece viável será a intensificação e o reforço da cooperação multinacional entre os Estados aliados.

Sobre estas iniciativas afigura-se possível concluir que dadas as graves restrições orçamentais vigentes, seria de toda a lógica e utilidade que os países parceiros fossem incluídos nestas e incentivados do mesmo modo a participar. Se pensarmos que hoje em dia as missões e operações aliadas são constituídas por forças tanto de países membros da OTAN como de países parceiros, seria de todos os modos útil que a interoperabilidade entre todas as nações fosse cada vez mais assegurada, incrementando deste modo a eficácia e eficiência das mesmas nos diversos teatros de operações. Do mesmo modo, a inclusão dos países parceiros da OTAN na iniciativa "*Smart Defence*" poderia acautelar outras dificuldades hoje em dia sentidas no seio da Aliança, aumentando assim as probabilidades de resolução de mais alguns dos problemas existentes na manutenção e edificação de capacidades.

Finalmente é nosso entender que um maior envolvimento de entidades como a União Europeia (UE) só poderá trazer vantagens, dado que a larga maioria dos países que compõem a OTAN pertence igualmente à UE, salvaguardando-se assim as previsíveis duplicações de recursos e meios afetos às operações e missões necessárias a cada uma destas organizações.

Do ponto de vista nacional, e considerando também o grave cenário económico e financeiro em que o nosso país se encontra, afigura-se-nos que os problemas com que nos deparamos sejam, de igual modo, muito relevantes. As reduções que se antecipam para os futuros orçamentos da Defesa, as reduções que até ao momento já se verificaram e a acrescentar os cancelamentos e congelamentos dos programas afetos à Lei de Programação Militar, resultarão muito provavelmente numa enorme dificuldade em cumprir com muitos dos objetivos nacionais e consequentemente na impossibilidade de assumir integralmente as nossas responsabilidades para com a Aliança Atlântica.

Conclusão

Em conclusão, poderemos começar por referir que a base das dificuldades sentidas por todos os países aliados poderá estar nos próprios objetivos a que a própria Aliança se propõe. Com efeito, as decisões que derivam do Conceito Estratégico e da Orientação Política poderão eventualmente ser demasiado ambiciosas, resultando em objetivos práticos eventualmente

muito difíceis de cumprir, principalmente na restritiva conjuntura financeira e económica atual, mas não só.

De facto, a capacidade da OTAN poder realizar simultaneamente todas as missões a que se propõe no seu atual nível de ambição são, no nosso entender, demasiado ambiciosas e por esse mesmo motivo muito irrealistas, face à conjuntura geoestratégica e política da atualidade, que não prevê a existência de tantos teatros de operações em simultâneo.

Por outro lado, se nos debruçarmos sobre algumas das novas ameaças, concluímos que estas devem igualmente implicar uma reorientação no que à afetação de recursos para as novas áreas de interesse diz respeito, implicando também uma redefinição dos métodos afetos aos planeamentos operacionais. Como exemplo poderemos referir uma situação em que existam oponentes utilizando ataques cibernéticos. Estes, ainda que sendo extremamente ameaçadores, implicam o emprego de capacidades e forças diferentes das ditas forças tradicionais, obrigado a que a redefinição dos requisitos mínimos de capacidades seja efetivamente realizada.

Assim na nossa opinião, e de acordo com o anteriormente exposto, julga-se que o nível de ambição aliado e os consequentes requisitos mínimos de capacidades que lhe estão afetos deverão ser revistos, minimizando o número de operações simultâneas que a OTAN deverá ser capaz de realizar ao mesmo tempo, e reorientando efetivamente mais alguns dos seus recursos para as novas áreas de interesse e das novas ameaças. Esta eventual redefinição do nível de ambição, ainda que possa implicar uma mensagem política contrária à que os líderes atuais desejariam passar ao mundo, acarretaria um menor número de forças convencionais necessário, implicando a redução dos esforços subjacentes a cada nação aliada.